



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE: VÍNCULOS, RELAÇÕES DE TRABALHO E DEMANDAS**

**FERNANDO DE ARAÚJO BIZERRA<sup>1</sup>**

**LAÍS VÍVIAN PININGA TORRES<sup>2</sup>**

**MANUELLA ARAGÃO PINHEIRO<sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

Por meio de pesquisa bibliográfica, reflete sobre o exercício profissional dos assistentes sociais brasileiros, delimitando-se o contexto que tem se descortinado nos últimos decênios, marcado por um quadro crítico irreversível. A atenção se volta para explicitar panoramicamente os vínculos, as relações de trabalho e as demandas com as quais os assistentes sociais se deparam na sua labuta diária.

**Palavras-chave:** Serviço Social; crise; exercício profissional.

### **ABSTRACT:**

Through bibliographical research, this article reflects on the professional practice of Brazilian social workers, delimiting the context that has emerged in recent decades, marked by an irreversible critical situation. The focus is on explaining the links, work relationships and demands that social workers face in their daily work.

**Keywords:** Social Service; crisis; professional practice.

### **Introdução**

O presente artigo, metodologicamente ancorado numa pesquisa bibliográfica de clara filiação ao materialismo histórico-dialético, tem o propósito de oferecer um breve panorama dos vínculos, das relações de trabalho e das demandas postas ao exercício profissional dos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assistentes sociais brasileiros na quadra histórica marcada pela crise mais diuturna que o sistema capitalista conheceu na sua trajetória plurissecular, a qual acarreta sérias implicações para o trabalho e, inescapavelmente, para as profissões em geral.

O exercício profissional dos assistentes sociais – articulando conhecimentos, direção social e atribuições privativas – tem sido tensionado na contemporaneidade pelos efeitos da crise. Os assistentes sociais veem-se convocados “a intervir nas mais agudas e dramáticas manifestações da ‘questão social’, que se renovam e se atualizam”. A crise, pondo fim à fase expansionista do pós-Segunda Guerra e abrindo um período recessivo nunca visto, mostra-se como a “responsável direta pelas transformações do Estado nas décadas seguintes e reconfiguração das políticas sociais, mergulhando a ‘questão social’ em um complexo de novas determinações, com rebatimentos no trabalho profissional” (Raichelis, 2019, p. 69-70). Daí a necessidade premente de pesquisas e estudos voltados a desnudar, analiticamente, os determinantes que condicionam o modo como se processa o exercício profissional dos assistentes sociais nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

A questão que se coloca enquanto objeto de reflexão neste artigo pode ser assim sumariada: como tem se configurado o exercício profissional dos assistentes sociais no contexto da crise capitalista? De modo a respondê-la, o percurso expositivo inicia-se com uma síntese de elementos que apontam a particularidade da crise e dão conta das suas consequências mais evidentes para a sociedade. Seguidamente, delineiam-se algumas realidades com as quais os assistentes sociais se deparam no cotidiano institucional.

## **1. A crise e seus impactos na sociedade**

Desde os anos 1970, desencadeia-se no cenário mundial uma crise que estende para as diferentes esferas da sociedade e pressagia perturbações nas dimensões da produção, do consumo e da circulação. A crise despontada com o conflito árabe-israelense no ano de 1973, quando a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) suspendeu o fornecimento de petróleo e elevou bruscamente em 400% o valor do barril, espalhou-se por diversos locais e arrastou, de então para cá, distintos mercados e Estados nacionais. Sucessivamente, várias crises fervilham mundo afora. O sistema do capital depara-se com um quadro crítico irreversível, causando instabilidade econômica, estagnação e óbices à sua reprodução. Os momentos de

prosperidade tornam-se cada vez mais raros e efêmeros, testemunhando-se as dificuldades de retomar a economia em níveis satisfatórios, o declínio renitente das taxas de lucro e a incapacidade de autorregulação do mercado.

Trata-se, factualmente, de uma crise inédita, afirmando-se como uma crise estrutural (Mészáros, 2002) porque atinge a totalidade do sistema, não se restringindo a um setor, como em outras conjunturas de contração da economia, e se fazendo presente do Norte ao Sul, em todos os países centrais e periféricos, ainda que com diferenças consideráveis. O caráter estrutural da crise contemporânea manifesta-se, segundo o autor, na sua dimensão *universal*, não se reduzindo a uma esfera particular (creditícia, financeira); no seu alcance *global*, ilimitado a um conjunto reservado de países; na sua escala de tempo *extensa, contínua e permanente*; e no seu modo de ser *rastejante*. Devido à sua gravidade, a atual crise não é passível de solução no seio dos parâmetros delineados pela própria estrutura social estabelecida. O deslocamento das contradições exasperadas ao longo do tempo na dinâmica do capital só fora possível quando as crises se mostravam parciais. As estratégias colocadas em prática no sentido de solucionar definitivamente os problemas avolumados pela crise estrutural têm resultado no seu exato oposto. Pois, desde quando esta crise se coloca no horizonte da sociedade, põem-se e repõem-se as barreiras à autoexpansão do capital, ao invés de se vislumbrar sua suplantação – fato este impossível de ser negado por mais tempo.

A crise que já se alastrava numa velocidade e profundidade sem precedentes desde o último quartel do século passado se intensificou em 2008 com o *crash* no coração do sistema financeiro dos Estados Unidos. Os problemas e as desigualdades estruturais só se aprofundaram com este episódio que não se encerrou na esfera das finanças e, no âmbito das medidas reparadoras, contou com o apoio do Estado mediante a estatização das agências de crédito imobiliário e de unidades produtivas, bem como o pacote de salvamento de instituições à beira da falência no valor inicial de 1,5 trilhão de dólares. No rastro das consequências econômicas, políticas, sociais e militares ocasionadas pela declínio abrupto da economia mundial, ganhou mais notoriedade o desemprego, a tendencial queda da taxa de lucro, a degradação dos recursos naturais, os altos índices de violência urbana e rural, o acirramento da “questão social”, o genocídio da população negra, indígena e LGBTQIA+, a xenofobia, os conflitos entre capital e trabalho, a criminalização das lutas sociais, a produção destrutiva, a negação do atendimento das necessidades de massas de trabalhadores nos quatro cantos do planeta, o belicismo e a ameaça de

confrontos nucleares, as contrarreformas dos Estados; em suma, a barbárie orquestrada pelo metabolismo autofágico do capital.

Por vivermos em uma sociedade antagonística, estratificada em classes sociais, os impactos da crise estrutural não são os mesmos para todos. Entre os capitalistas, a sensação de insegurança força-os, numa disputa ferrenha por mais lucros, a buscar estratégias que tragam vantagens concorrenciais e garantam o prosseguimento dos negócios no cenário de exacerbação da competição, acumulando cada vez mais riquezas. O relatório publicado pela Oxfam (2023<sup>4</sup>) revela que, mesmo com o agravamento da crise em decorrência da terrível tragédia causada pela pandemia do novo coronavírus, os mais ricos ficaram imensamente mais ricos de 2020 para cá. Entre 2020 e 2022, o 1% mais rico amealhou aproximadamente quase dois terços da riqueza mundial criada nesse intervalo, detendo, pois, 45,6% da riqueza global. Para uma pequena elite, a fortuna aumentou em 2,7 bilhões de dólares por dia.

Como na sociedade capitalista a acumulação de riqueza num polo é antagonizada, no polo oposto, pela pobreza de amplas camadas de trabalhadores, o circuito mundial do capitalismo tem exposto desigualdades sociais gritantes, alimentando opressões de gênero, raça, etnia e sexualidade e complexificando a “questão social”. Diante da monopolização da riqueza, o escândalo do nosso século é a ampliação do contingente de pobres sem moradia adequada, saneamento básico, água potável, transporte, renda etc. Em 2020, mais de 70 milhões de pessoas entraram nas estatísticas da pobreza extrema, vivendo com menos de US\$ 2,15 por dia. Em apenas três meses de 2022, de março a junho, 71 milhões de pessoas foram levadas à pobreza. No Brasil, em números absolutos, 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha de pobreza e 5,8 milhões integraram os dados de extrema pobreza. Resultado: 29,4% da população do Brasil estava pobre e 8,4% extremamente pobre.

Na ambiência da crise, e sob a égide do capital financeiro, desde finais do século XX “desencadeou-se uma forte ofensiva burguesa, em busca desesperada, desenfreada – e destrutiva – da valorização do valor e recuperação das taxas de lucro” (Behring, 2023, p. 29). No bojo desta ofensiva, situa-se a reestruturação produtiva, consubstanciada com a introdução dos métodos flexíveis de clara inspiração toyotista. A flexibilidade, doravante, e em escala sempre maior, tem sido uma palavra de ordem inseparável da prédica industrial-empresarial, invadindo os diversos espaços da produção e se estendendo para além deles. O capital lança mão de mecanismos para desregular as relações de trabalho e reorganizar a produção com o

<sup>4</sup> Disponível em: [file:///C:/Users/master/Downloads/Davos\\_full\\_2023\\_pt-BR\\_sem-embargo\\_vs02.pdf](file:///C:/Users/master/Downloads/Davos_full_2023_pt-BR_sem-embargo_vs02.pdf). Acesso em: abr. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

objetivo de maximizar os índices de produtividade e lucratividade. Explora, aqui e alhures, a força de trabalho pelo seu potencial de gerar mais-valia nas cadeias produtivas, empregando-a cada vez menos em ocupações pautadas pela formalidade e contratualidade e em maior medida em atividades caracterizadas pela informalidade.

Segundo Antunes (2018), no evoluir da mencionada reestruturação implementam-se em escala planetária meios ultraprecários de exploração do trabalho; combinam-se intensividade e extensividade as jornadas de trabalho; vicejam as modalidades de trabalho informal; assume cada vez mais centralidade na estratégia empresarial a terceirização, com tudo o que ela implica de desestruturação de direitos; estabelecem-se vínculos parciais, flexíveis e temporários; intensificam-se os mecanismos de extração do sobretrabalho; expandem-se a subcontratação, a alta rotatividade e o trabalho por conta própria; crescem os trabalhos desprotegidos com a inserção de homens, mulheres, migrantes e minorias étnico-raciais em postos clandestinos, sem quaisquer direitos assegurados; apela-se ao empreendedorismo e à estruturação da “empresa de si mesmo”; acelera-se a incorporação do maquinário tecnológico-científico-informacional na produção; ocorre o rebaixamento dos salários diretos e indiretos, com incidências no fundo de reprodução da força de trabalho.

O capital tem estimulado em todo o globo, inclusive no Brasil, a formatação de um “mundo do trabalho digital e flexível” marcado pela “pejotização” de todas as profissões, pelo “chamado *teletrabalho* e/ou *home office*, que se utiliza de outros espaços fora da empresa, como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas”, pela uberização do trabalho, “que se tornou o *leitmotiv* do mundo empresarial” (Antunes, 2018, p. 39, grifos do autor), pelos contratos “zerados”, “intermitentes” e “flexíveis”, pelo sistema de “metas” crescentes, pela invasão de robôs e máquinas digitais na produção da *Indústria 4.0*.

O robusto incremento das inovações e dos avanços tecnológicos e científicos na produção, sobretudo os de base digital, além de acelerar a produtividade do trabalho, provoca a diminuição da demanda por emprego de força de trabalho. Não à toa, a consequência imediata é a “ampliação do *trabalho morto*, tendo maquinário digital – a ‘internet das coisas’ – como dominante e condutor de todo o processo fabril, e a consequente redução do *trabalho vivo*”, pela via da “substituição das atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (Antunes, 2018, p. 40, grifos do autor). Diante da economia de trabalho vivo, cresce o amplo e heteróclito contingente de trabalhadores sobretantes em relação às necessidades médias de valorização do capital.

Em sintonia com as mudanças da reestruturação produtiva, e defendendo os interesses de grandes conglomerados financeiros, desenvolve-se a intervenção do Estado balizada pelo neoliberalismo (na experiência latino-americana, condicionada pelas balizas do Consenso de Washington), consolidando o arsenal de contrarreformas no arcabouço legal e operacional das políticas sociais, sobretudo daquelas integrantes da Seguridade Social atingidas pelos pacotes de austeridade tecidos não sem importantes resistências. Sob o argumento de que o Estado em tempos de crise deve ser “enxuto”, “racional”, “eficiente” e intervir o mínimo na área social, desmontam-se, na fase atual de mundialização financeirizada do capital, os sistemas de proteção garantidores de direitos sociais e serviços sociais.

No Brasil, o Estado reconfigura-se e encarna o neoliberalismo desde 1990, consolidando-o na agenda programática dos governos que, ao se sucederem, fortalecem a tríade flexibilização-privatização-terceirização acastelada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE/MARE). A contenção dos gastos sociais mostra-se imprescindível, sob as lentes dos que estiveram (e estão) à frente do governo, para alocar parte significativa do fundo público no pagamento dos gastos referentes ao endividamento público<sup>5</sup>, atuando em perfeita comunhão com as orientações dos organismos multilaterais (BID, Banco Mundial, FMI, BIRD). O Estado brasileiro vê-se obrigado a realizar, *no ritmo, no grau e na intensidade* ditados pelo capitalismo em crise, “ajustes fiscais draconianos, tendo em vista pagar regularmente juros, encargos e amortizações de dívidas todos os anos”, arcando, às expensas dos trabalhadores, “com um custo social altíssimo” (Behring, 2023, p. 33).

O contingenciamento de tais gastos, incidindo na formação do superávit primário, permite que eles sejam absorvidos pelo bloco dominante em favor dos interesses financistas. Como reverso, os trabalhadores, além de penalizados pelo sistema de tributação regressiva que incide sobre suas rendas, têm sua reprodução comprometida pelo desmonte do sistema de proteção social intensificado no governo do golpista Michel Temer (2016-2018) e levado ao extremo pelas medidas retrógradas do ex presidente que, com sua conduta de jaez ultraliberal, neofacista, obscurantista e adepta do neoconservadorismo verde-amarelista, acentuou o permanente ajuste fiscal apoiado pelos seus séquitos de altos gestores, vilipendiando as políticas sociais e precarizando os serviços sociais.

---

<sup>5</sup> Behring (2019) lembra que instituições financeiras nacionais e internacionais são as grandes beneficiárias do ajuste fiscal permanente colocado em prática no Brasil. Elas, ano a ano, capturam aproximadamente de 23% a 30% do orçamento público, uma vez que o primeiro item do Orçamento Geral da União (OGU) diz respeito ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No âmbito dos serviços sociais, constantemente transformados em novos nichos de valorização, dando uma sobrevida aos capitais ameaçados de desvalorização em tempos de crise estrutural, Borges (2015) constata, no lapso das últimas décadas, uma avançada privatização-mercantilização que se materializa, sob os auspícios do Estado neoliberal, por intermédio do

[...] estímulo à compra do serviço no mercado, sub dimensionamento, deterioração e focalização da oferta pública; desativação ou não expansão dos serviços ofertados diretamente pelo estado, que passa a contratar empresas ou organizações sem fins lucrativos para executá-los; e, também, a concessão para exploração de serviços com utilização da infraestrutura e equipamentos estatais, além de outras formas de terceirização (Borges, 2015, p. 92).

O que antes se constituía matéria do controle estatal tende a ser transferido, no nosso país, para o controle do capital privado/estrangeiro. As investidas em curso inervam a conversão dos serviços sociais em bens comercializáveis, divorciando-os da lógica do direito e relegando seu usufruto ao poder aquisitivo de cada um. Os indivíduos são comumente responsabilizados pela satisfação de suas necessidades de sobrevivência, adquirindo, na órbita do mercado, os serviços como mercadorias para se manter enquanto força de trabalho.

A universalização dos serviços sociais, prevista pelas políticas sociais, cede lugar à focalização na população, alvo bem específico, que não podem consumi-los, demandando-os ao Estado. Este age, em aquiescência ao paradigma neoliberal, de modo pontual, focalizado, minimalista, centralizando majoritariamente suas ações na pobreza avultada pelas desigualdades sociais. Neste ínterim, as estratégias estatais de enfrentamento às expressões da “questão social” realizam-se basicamente 1) garantindo assistência mínima aos que dela necessitam, contornando situações alarmantes por “meios assistencialistas e exclusivamente voltados a um consumo de massas de baixa qualidade, que nada tem a ver com um amplo e consistente sistema de proteção social ou de seguridade social e segurança alimentar”; 2) estimulando a compra e o consumo dos serviços mercantilizados, tais como saúde, educação, previdência, saneamento etc, o que acaba por onerar os trabalhadores e ampliar e diversificar os negócios lucrativos para os capitalistas; 3) deslocando a “atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado” (Iamamoto, 2009, p. 22); e 4) gerindo a imensa massa de pobres e desempregados através de um “complexo assistencial-carcerário e policial, cujos impactos na classe trabalhadora têm corte de

gênero e raça” (Behring, 2023, p. 35), dispondo, para a consecução deste fim, de uma aparelhagem repressiva e penal hipertrofiada.

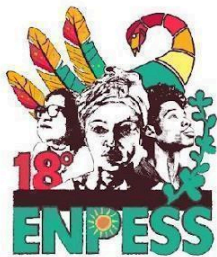
Entre as contrarreformas propostas e levadas a efeito pelo Estado, três delas merecem destaque pelos impactos deletérios para a proteção social e os direitos dos trabalhadores. A primeira é a EC n° 95/2016, conhecida como “PEC do fim do mundo” e “PEC da morte”, “que praticamente congela os gastos primários do governo federal por vinte anos, com forte incidência sobre o financiamento das políticas sociais” (Behring, 2018, p. 192). A segunda é a contrarreforma da previdência, que “estimula fortemente a oferta da previdência complementar aberta (pelos bancos) e fechada (pelos fundos de pensão)” sob o argumento “do peso da previdência no orçamento público e [da] necessidade de diminuir o gasto público diante da crise, cuja responsabilidade recai sobre o setor público” (Behring, 2018, p. 198). A terceira é a contrarreforma administrativa, “cuja finalidade é desconstruir o regime jurídico único, as carreiras públicas do Estado e a estabilidade do servidor público, com impactos na qualidade dos serviços públicos” (Raichelis; Arregui, 2021, p. 142).

O contínuo desmonte da proteção social destinada aos trabalhadores, operado pelo Estado via contrarreformas que diminuem a alocação de recursos nas políticas sociais, tem impactado diretamente nos espaços, nas ações, nas condições e nas relações de trabalho dos profissionais assalariados que atuam no âmbito dos serviços, notadamente dos serviços sociais. Não por acaso, a realidade aqui rapidamente mencionada emoldura vários desafios à efetivação do exercício dos assistentes sociais, repercutindo tanto nas requisições, nas respostas como também no mercado de trabalho, como será demonstrado na sequência.

## **2. Incidências sobre o exercício profissional dos assistentes sociais**

Os processos sinalizados no item anterior impactam o exercício profissional dos assistentes sociais com a redução de postos governamentais, sobretudo os de níveis federal e estadual, em sintonia com sua transferência para os municípios ante a descentralização dos serviços, tendência que se coaduna com as diretivas contrarreformistas do Estado. Impactam por intermédio da precarização que redundam em empregos incertos, precários vínculos, intensificação





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

das atividades, salários baixos e assimétricos<sup>6</sup>, pressão pelo aumento da produtividade e por resultados imediatos. Os assistentes sociais lidam com a “ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional” (Raichelis, 2019, p. 72).

Proliferam-se no solo histórico atual os serviços individuais dos assistentes sociais, em sua maioria subcontratados por empresas de serviços ou de assessoria (“pejotização”). Ganha espaço a prestação de serviços requeridos por Organizações Não Governamentais (ONG’s) e por “cooperativas de trabalhadores que se organizam para a prestação de serviços a governos, especialmente subnacionais, configurando o exercício profissional privado (autônomo)” (Raichelis, 2019, p. 73). Em nosso país, o trabalho temporário que se limita à elaboração/execução de um projeto ou de uma tarefa, o acúmulo simultâneo de dois ou três campos de atuação, a volatilidade dos postos de trabalho, ou o assistente social terceirizado *não* são exceções às regras da reestruturação produtiva principiada pela flexibilidade.

Guerra (2016) observa as incidências da contrarreforma do Estado brasileiro no exercício profissional dos assistentes sociais, com toda regressão que ela provoca. Diz a autora:

O Estado gerencial tem sido potencializado e exige novas atribuições para o exercício profissional no contexto do “novo” formato das políticas sociais, cujo objetivo é a gestão dos “riscos sociais”, utilizando-se da assistência social para exercer controle sobre os pobres e suas demandas, ainda que de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas. Esse modelo exige da profissão [de Serviço Social] uma intervenção essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo de atendimento racionalista formal-abstrato. Surgem atribuições no âmbito do controle e monitoramento da população pobre, inaugurando novas e recuperando velhas formas de controle, pela mediação das políticas e dos serviços sociais (Guerra, 2016, p. 99).

As novas e velhas táticas de controle estatal, ao lado da assistencialização e da privatização-mercantilização das políticas sociais, têm ganhado destaque na dinamicidade em que vivemos. Na vigência do modelo gerencial de atuação do Estado no Brasil, congruente com as contrarreformas instauradas, os assistentes sociais inserem-se em programas de “medidas compulsórias (desemprego), internação compulsória, depoimentos sem dano, testagem toxicológica, exame criminológico [e] cumprimento de condicionalidades das próprias políticas utilizando várias formas de intimidação e pressão” (Guerra, 2016, p. 100).

<sup>6</sup> A disparidade salarial dos assistentes sociais se mostra tanto entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal), quanto entre os níveis de poderes (legislativo, executivo e judiciário).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No escopo das ações focalizadas em um público-alvo, dirigidas ao “alívio” da pobreza extrema (rotulada de “alta vulnerabilidade social e econômica” e assumida como um “perigo”) no Brasil, o exercício profissional dos assistentes sociais tende a se centrar no gerenciamento de sistemas. Impõem-se, sem lugar a dúvidas, práticas disciplinares que, independentemente da pretensão e intenção daqueles agentes, “enquadram” a realidade vivida pelos sujeitos nos rígidos critérios de elegibilidade definidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela elaboração das políticas e dos programas a elas correlatos, limitando, sem dúvidas, a autonomia profissional.

Os assistentes sociais são chamados a desenvolver contemporaneamente outras atribuições que se somam a essas já elencadas nos parágrafos anteriores:

[...] acolhimento, parecer social, relatórios de avaliação, realização de grupos socioeducativos, visita domiciliar, elaboração do Plano Individual de Atendimento, exame criminológico, aplicação de medidas socioeducativas, racionalização e administração de recursos e sua distribuição, controlando o acesso e o uso dos serviços, segundo a lógica de redução de custos. Nessa direção, entrevistas, visitas, cadastros, estudos e exames são realizados com base em padronização e técnicas de caráter manipulatório que indicam o que e como arguir os usuários, o tipo de pergunta a ser feita, a entonação da voz etc., muitas vezes com fim investigatório (Guerra, 2016, p. 101).

A tessitura da política social nos moldes da contrarreforma do Estado, alinhada pela padronização, tecnologização e centralidade da lógica produtivista, fragiliza, não raro, a dimensão ético-política do exercício profissional, uma vez que as respostas ordenadas têm sido as de “administrar sistemas, redes e registros, sendo referenciadas por indicadores sociais predeterminados, por metas previamente definidas e pelo conteúdo do controle social especificado em modelos” (Guerra, 2016, p. 105). Tais respostas, no que toca ao Serviço Social, resultam na exigência de resultados quantitativos enquadráveis em gráficos, de metas e de indicadores favoráveis aos governos que almejam legitimidade social. A imposição da seletividade conduz à priorização de certas demandas por meio de critérios que, quase sempre, não são estabelecidos pelos assistentes sociais na sua peleja institucional.

A contrarreforma do Estado, flexibilizando a gestão e transferindo para a sociedade funções que até então eram de seu encargo exclusivo, repassa diversos serviços sociais para o chamado “terceiro setor”, que se identifica como organizações que nem pertencem ao Estado nem ao mercado, ganhando relevo as ONG’s e as instituições de cunho filantrópico. Uma variedade de serviços, quando mediatizada por elas, acaba transitando da perspectiva do direito para o prisma



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

caritativo. Suas rotinas diárias são – quer se queira, quer não – palco de um frequente apelo ao assistencialismo, à solidariedade, ao benevolato e à caridade, ativando modernas formas de filantropia e práticas paliativas, imediatistas e reducionistas que, por conseguinte, remodelam o exercício profissional dos assistentes sociais nelas atuantes.

Mota (2014, p. 696) constata que “mesmo espaços tradicionais como saúde, assistência social e previdência sofrem reveses e atualizam as demandas, a abrangência do seu público, as modalidades de intervenção e o conteúdo do trabalho dos assistentes sociais”. Cabe-nos indagar: como tem se dado o exercício profissional dos assistentes sociais nestas políticas sociais que integram a Seguridade Social? Na esfera da saúde, ele tem se voltado, de um modo geral, à democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde nos diferentes níveis de complexidade, atendimento na perspectiva da humanização, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade da população usuária, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação nos espaços deliberativos. Por outro lado, com o inescrupuloso avanço do binômio privatização-mercantilização, a saúde tem entrado na mira do capital em sua avidez por fabulosos lucros, enquadrando-se nos fins mercadológicos. Em vista dessa realidade, aos assistentes sociais é requerida a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação de cariz fiscalizatório aos usuários dos planos de saúde, participação nas modalidades privatistas de gestão, contenção das demandas, acompanhamento de convênios, controle e intensificação do ritmo de trabalho consoante à cobrança de resultados.

No tocante à assistência social, ampliou-se consideravelmente nos últimos anos o mercado de trabalho para os assistentes sociais desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, com parâmetros de atuação e gerenciamento bem definidos, demanda a presença desses profissionais para atuar nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e em outras entidades. Esta ampliação, é bom que se diga, nem sempre vem acompanhada de condições de trabalho apropriadas, somando-se à instabilidade e aos baixos salários. Outrossim, nas atividades arroladas pelos documentos institucionais exige-se dos assistentes sociais o atendimento individualizado e emergencial; ações coletivas; bem como o registro e o controle das famílias para acesso a benefícios, num sentido de “gestão” das suas condições de vida.

A Previdência Social, uma das primeiras áreas de atuação do Serviço Social, tem experimentado um contínuo desmonte justificado por um suposto déficit orçamentário e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

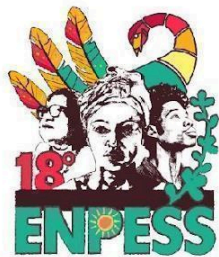
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desequilíbrio atuarial dessa política; justificativa está inverídica. Os assistentes sociais, profissionais cuja estabilidade no âmbito dessa política provém da admissão por concurso público, sendo submetidos ao Regime Jurídico Único (RJU), têm atuado na avaliação social das pessoas com deficiência e dos idosos que requisitam o Benefício de Prestação Continuada (BPC); realizam palestras e orientações à comunidade sobre os benefícios previdenciários; articulam-se com a rede socioassistencial; assessoram os movimentos sociais e organizações sindicais; esclarecem sobre os direitos sociais e os meios para acessá-los; emitem parecer social; fazem estudo e pesquisa social. Convivem, diariamente, com sérios ataques à sua autonomia, expressando-se na tentativa de adaptá-los a quaisquer demandas e ao cumprimento de normas internas, o que vem tornar a profissão subsidiária às demandas institucionais.

Com respaldo jurídico-legal, e diante das demandas que se põem à profissão, os assistentes sociais interveem nos espaços ocupacionais tensionados pelos interesses de classes e grupos sociais, atuando no atendimento direto aos usuários; na orientação a indivíduos, grupos e famílias; em visitas domiciliares; na mobilização e participação em espaços de controle social; na formulação e gestão de políticas sociais; no monitoramento e avaliação de programas e projetos; na assessoria, qualificação e formação profissional; nos plantões; na condução de reuniões, organização de eventos, seminários e fóruns; na elaboração de relatórios, pareceres e laudos sociais; na realização de estudos socioeconômicos para concessão de benefícios; no planejamento, execução e avaliação de pesquisas que desvelem a realidade social e contribuam com as ações profissionais; no apoio aos movimentos sociais; nas supervisões diretas de estágios curriculares, seja na condição de supervisor de campo ou acadêmico; no magistério de disciplinas em nível de graduação e/ou pós-graduação que exijam conhecimentos próprios da profissão; na direção e coordenação de Unidades de Ensino e de Cursos de Serviço Social; na fiscalização do exercício profissional por intermédio dos Conselhos, etc.

Em suas atuações, os assistentes sociais mobilizam respostas práticas, todas elas carregadas de conteúdo político; acionam estratégias, teorias, valores, posicionamentos, instrumentos e habilidades técnico-profissionais compatíveis com as demandas. Daí o porquê que o exercício profissional – recebendo as determinações históricas, conjunturais e estruturais macrosociais e, em determinação reflexiva, a elas respondendo – expressa-se enquanto uma totalidade formada por dimensões distintas e interconectadas, a saber: teórico-metodológica, ético-política, investigativa, interventiva, formativa e técnico-operativa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É preciso considerar que o exercício dos assistentes sociais se conforma num terreno eivado de conflitos explicitados pelo protagonismo das classes sociais, os quais atravessam sua labuta diária. Atuando entre os interesses da burocracia institucional e as necessidades dos setores majoritários da população, tensão imanente à sua prática, os assistentes sociais, por vezes, se veem diante de situações com pouca margem de volição no plano individual, atestando que sua atuação é uma “atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e/ou ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais” (Iamamoto, 1994, p. 89).

Por outro lado, e em contraste, a depender das circunstâncias, os assistentes sociais extrapolam o cumprimento do papel tradicionalmente a eles imputado e se somam às forças propulsoras de um projeto societário radicalmente oposto àquele em que é convocado a intervir para preservar seu *status quo*, posicionando-se, desta feita, no horizonte perspectivado pelo conjunto dos trabalhadores. É fato inconteste que nem sempre os assistentes sociais ficam submissos aos objetivos pragmáticos estatuídos pela instituição contratante. Diante da pluralidade de questões que lhe são postas, e de modo a solucioná-las mesmo que no plano imediato, os assistentes sociais atuam com uma clara orientação ética estratégica – provam-no, em se tratando da realidade brasileira, os princípios, os valores e o compromisso político do projeto profissional construído desde o último quartel do século passado, lastreado na crítica e na reação teórico-prática à herança conservadora tão arraigada na profissão desde muito tempo.

Em seus locais de trabalho, os assistentes sociais lidam com a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, donde a possibilidade de dar respostas que ultrapassam as demandas filtradas pela instituição e elencadas por ela como foco da intervenção. Os assistentes sociais, mediante um exercício polarizado pelos interesses das classes sociais em disputa, reproduzem, “pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão”, participando “tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 75), ao viabilizar o acesso a serviços sociais do tipo saúde, educação, habitação, previdência social, dentre outros.

Como as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais são condicionadas em larga medida pelas demandas institucionais, em sua enorme diversidade e complexidade resultante dos processos societários que impactam a vida dos usuários e os próprios serviços institucionalmente ofertados, plasma-se um conjunto de desafios para o exercício profissional:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] os/as assistentes sociais são duramente tencionados/as com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais, desenvolver serviços sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos às famílias /ou organizações não governamentais, entre outras demandas que impõem intransponíveis limites à universalização das políticas e dos direitos (Boschetti, 2017, p. 65).

Outro desafio que se afina com a realidade atual é o dito “desconhecimento” das competências e atribuições dos assistentes sociais por parte de quem lhe emprega e, muitas vezes, por parte de outros profissionais e dos usuários. Isso resulta na sobrecarga e no acúmulo de trabalho em quase todas as áreas de atuação, tendo que lidar com demandas estranhas ao seu universo profissional e, ao mesmo tempo, com a tentativa de “desespecializar” a profissão, destinando-a tudo que se entende como funções genéricas e todas as atividades que, a princípio, não são privativas de uma profissão. Sobre este aspecto, comenta uma estudiosa:

A dificuldade em responder o que faz o assistente social, a aparente inespecificidade operatória da profissão, que não a diferencia de práticas leigas, voluntárias e filantrópicas, sua polivalência (que lhe valeu ampliar suas funções e ocupar espaços emergentes), e a tendência a incorporar tudo aquilo que outros profissionais não fazem, não como algo emergencial, mas como parte das suas “obrigações” e “compromissos”, põe o nosso exercício profissional conectado e em sintonia com a tendência à desespecialização (Guerra, 2016, p. 106).

Os desafios (im)postos ao exercício profissional do assistente social não são perceptíveis somente nos vínculos, nas relações de trabalho e nas demandas. Expressam-se, com limpidez, na deterioração das condições físicas e organizacionais que não correspondem ao preconizado especialmente na Resolução nº 493, de 21 de agosto de 2006. A inobservância do que consta no escopo dessa Resolução por parte das instituições empregadoras importuna os profissionais de realizarem suas intervenções diante da escassez de condições mínimas. No seu exercício cotidiano, são recorrentes as dificuldades com transportes para fazer visitas domiciliares; a insuficiência dos recursos financeiros destinados à prestação dos serviços; a ausência de móveis como birôs e armários para arquivar documentos de matéria específica do Serviço Social que coligem informações sigilosas sobre os usuários; a falta de ventilação; e a carência de materiais de expediente, recursos audiovisuais e/ou informatizados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Vale, a esta altura da exposição, destacar um elemento que sequer mencionamos nas páginas atrás: a repercussão do binômio intensificação-precarização do trabalho sobre a saúde dos assistentes sociais, uma vez que as condições com as quais (e sob as quais) trabalham incidem, a um só tempo, no seu corpo e na sua mente. Tendo em vista que o referido binômio atinge tanto as atividades industriais quanto as de serviços, os assistentes sociais vivenciam situações de sofrimento e stress, constrangimentos, insegurança, esgotamento profissional e quadros depressivos. No período histórico em apreço, exige-se um profissional capaz de realizar várias atividades e responsabilidades, “polivalente”, dotado de versatilidade. O excesso de atividades e as demandas rotineiras acabam por exigir dos assistentes sociais um atendimento aligeirado, provocando conseqüentemente inúmeros problemas de saúde.

Além das precárias condições de trabalho, a disciplina, o controle e a multifuncionalidade desencadeiam fadiga e adoecimento, pondo em risco, cada vez mais, a saúde física e psíquica dos assistentes sociais. Entre estes profissionais, tornaram-se comuns os relatos, individuais e coletivos, acerca da relação visceral entre trabalho e adoecimento, a qual resulta em “licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho etc.” (Vicente, 2018, p. 129).

**Para concluir:** desafiados, os assistentes sociais resistem!

Comungando do entendimento de que é necessário “um empreendimento coletivo que permita, de fato, trazer, para o centro do debate, o exercício e/ou trabalho cotidiano do assistente social como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área” (Iamamoto, 2009, p. 9), o artigo ora findado buscou contribuir com a realização da referida empreitada, reunindo, para tanto, elementos analíticos que demonstram configurações panorâmicas do exercício profissional dos assistentes sociais em tempos de gravíssima crise.

Cabe aos assistentes sociais aprimorar, através das pesquisas, elaborações e sistematizações sobre o cotidiano profissional, o conhecimento criterioso da realidade institucional na qual estão inseridos e da realidade na qual os usuários dos serviços constroem concretamente suas sociabilidades, desentranhando as tramas e contradições de um momento histórico particular que molda demandas e requisições e delimita limites e possibilidades objetivas de intervenção. É imprescindível apanhar criticamente as mediações que constituem o solo movente onde os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assistentes sociais atuam, criando um acervo de dados, identificando as determinações econômicas, sociais e políticas subjacentes às demandas e intervindo em congruência com os princípios e valores que vertebram o projeto profissional construído há muitas mãos nas últimas quatro décadas. Só com consciência crítica e estratégias técnicas e políticas é que, a nosso ver, a categoria pode enfrentar coletivamente o que está posto.

A despeito do contexto barbaramente regressivo sob o qual vivemos impor vários desafios ao exercício profissional dos assistentes sociais, alguns deles expostos anteriormente em linhas gerais, queremos finalizar nossa reflexão afirmando que historicamente os sujeitos que compõem a profissão de Serviço Social, na sua condição de classe trabalhadora, têm, de distintas formas, forjado resistências pelo Brasil afora. Dos locais ontem exercem a profissão às ruas, eles estão nas trincheiras das lutas, contrapondo-se, pois, ao desmonte das políticas e dos programas sociais, à regressão das conquistas civilizatórias, ao negacionismo, ao preconceito, ao genocídio da população jovem negra residente nas favelas, ao avanço da extrema direita e das posturas de talhe ultraconservador, à desregulamentação das relações de trabalho, às opressões de raça, gênero, etnia e sexualidade, à violência, à destruição da natureza; enfim, à barbarização da vida social expressa no agravamento da “questão social. Em declarada oposição às forças regressivas que se espraiam na sociedade brasileira, atuam na perspectiva do fortalecimento da direção social assumida pela profissão; reafirmam o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; mantêm articulação com outros profissionais e movimentos sociais na defesa dos direitos humanos e sociais; posicionam-se a favor da seguridade social pública, do trabalho, da reforma agrária e urbana, dos povos originários e das liberdades democráticas; e sintonizam seu fazer profissional com as reais necessidades dos trabalhadores.

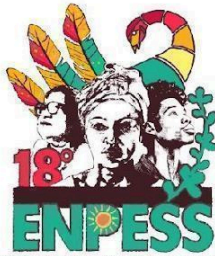
Permaneçamos nas trincheiras de resistência, sempre caminhando junto aos demais trabalhadores e condizentes com as bandeiras de luta levantadas pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS!

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BEHRING, Elaine Rossetti. Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, p. 28 – 43, jan./abr. 2023.

BORGES, Angela Maria Carvalho. O mercado de trabalho nos serviços sociais. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015, p. 87-106.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS nº 493/2006**. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 24ª. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOTA, Ana Elisabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético-político. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e *desgaste mental*. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez: 2018.